



Nº 09 - 22/04/2015

**ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E QUINZE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2013/2017, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE**

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a nona reunião de dois mil e quinze da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Susana Raquel Vicente Mendes, comigo, Mónica da Conceição Tregreira Coelho Cardoso, Assistente Técnica.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pela senhora Presidente declarada aberta a reunião eram dez horas.

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

Seguidamente, o Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela senhora Presidente:

- 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LIQUÍDOS DO EXERCÍCIO DE 2014**
- 2. 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2015**
- 3. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

**ORDEM DE TRABALHOS**

- 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LIQUÍDOS DO EXERCÍCIO DE 2014**

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a senhora Presidente submeteu à consideração do executivo o documento relativo à Prestação de Contas 2014 e Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014, fazendo uma breve apresentação de enquadramento e análise da atividade municipal, nos seguintes termos:

*“O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2014.*

*O ano de 2014 caracterizou-se pela continuidade da aplicação da política de austeridade inscrita no Memorando assinado com a Troika, pese embora a conclusão formal do Programa de Assistência Financeira. Vivemos um dos períodos mais exigentes e difíceis da vida económica e social do país nas últimas décadas, no qual tem ocorrido um dos maiores e mais violentos ataques à autonomia, independência e competências do Poder Local Democrático.*

*16/4  
P. Barbosa*

*Os reflexos da aplicação do OE/2014 e demais legislação fizeram-se sentir mantendo-se uma situação de regressão económica e social generalizada, que atingiu também o concelho de Montemor-o-Novo.*

*A generalidade das famílias e das empresas montemorenses, com incidência nos trabalhadores e nos jovens, continuaram a sentir a quebra dos seus rendimentos, do seu poder de compra, o aumento da insegurança e da falta de perspetivas de futuro.*

*Apesar de Montemor-o-Novo mostrar uma resistência à crise assinalável, como registam alguns indicadores económicos e sociais (taxa de desemprego), os limites sociais que os sucessivos cortes nos salários, nas prestações sociais e na sua ausência ou negação de acesso, as dificuldades de acesso aos serviços públicos, fazem-se sentir, sobretudo nos agregados familiares de mais baixos rendimentos.*

*As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico atravessam dificuldades, há menos trabalho, crescem as ameaças de encerramento, algumas encerraram mesmo, sobretudo na área do comércio a retalho.*

*As instituições sem fins lucrativos, com peso na dinâmica do Concelho atravessam dificuldades ao nível de funcionamento e até de viabilidade, não deixando contudo de prestar um inegável trabalho, não só ao nível da resposta social, como do emprego.*

*A maioria dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população continuou a perder poder de compra, cada vez mais débil e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde e a alguns bens essenciais.*

*Os jovens, que encaram o futuro com preocupação, foram dos mais penalizados pela crescente precarização do emprego e desregulação das condições de trabalho, através das sucessivas alterações ao Código de Trabalho.*

*O País e os portugueses foram confrontados, neste último ano, com uma forte quebra nos seus rendimentos devido a um Orçamento do Estado inconstitucional caracterizado: por ter incorporado um brutal aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores e as famílias, bem visível na subida do IRS e do IMI; pelo congelamento salarial na Administração Pública; pelos congelamentos e reduções das pensões e das reformas; pelas reduções salariais no sector privado, mas também, pelos aumentos de muitos bens e serviços essenciais.*

*A manutenção desta política, parte integrante de um processo de empobrecimento geral do País, conduziu centenas de milhares de portugueses, impedidos de acederem a bens e serviços de primeira necessidade, para a pobreza e a doença.*

*Do ponto de vista da gestão do Poder Local, 2014 caracterizou-se pela continuada política de inaceitável ingerência na autonomia administrativa e financeira do Poder Local Democrático, foi o primeiro ano económico completo do mandato 2013-2017.*

*A 1 de Janeiro de 2014 entrou em vigor a nova lei de finanças locais, Lei nº 73/2013, caracterizada por uma redução da participação das autarquias nos impostos do Estado, mantendo a tendência decrescente da participação dos Municípios nas receitas fiscais, sem que essa redução seja compensada. Esta nova lei caracteriza-se ainda pela extinção do IMT (imposto que é receita municipal), pela consignação, cativação e retenção de receitas, pelas alterações das regras de endividamento municipal e pela introdução do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que significa não a resolução de qualquer problema financeiro das autarquias, mas sim a retirada de autonomia.*

*Em síntese, a atividade municipal no ano de 2014, foi fortemente condicionada por:*

*Aprofundamento de medidas de retirada de autonomia do Poder Local, como a criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que retirará à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo cerca de 1 milhão de euros nos próximos 7 anos;*

*Início da aplicação da nova Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013) que se caracteriza por uma redução na participação das autarquias nos impostos do Estado, consignação, cativação e retenção de receitas e alterações às regras do endividamento municipal;*

*Esta realidade confirmou a impossibilidade de cumprimento dos programas eleitorais, nomeadamente os maiores investimentos previstos (Recuperação do Convento de S. Francisco, Pavimentação de Arruamentos e Estradas Municipais, Requalificação do CineTeatro Curvo Semedo, ampliação da Zona Industrial da Adua) e impôs constrangimentos agravados ainda pela*

*manutenção da obrigatoriedade de redução de pessoal e de proibição generalizada de contratação de pessoal, bem como da aplicação continuada da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Em 2014 e apesar do agravamento das já difíceis condicionantes colocadas à atividade municipal, mantivemos a estabilidade económico-financeira do Município, garantimos um investimento considerável suportado por uma correta e equilibrada utilização dos financiamentos comunitários, assegurámos um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados.*

*Destacam-se as seguintes ações e investimentos:*

- Conclusão das intervenções na Rua do Quebra Costas e Rua Condessa de Valenças (no âmbito do Programa Montemor Pedra a Pedra)*
- Programa Mor + Economia- desenvolver, empreender e inovar (contactos com agentes económicos)*
- Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril*
- Lançamento da plataforma Morbase*

*Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas do concelho. Assumimos também uma firme oposição ao aumento do horário de trabalho das 35h para as 40 horas semanais, cumprindo contudo, as determinações legais nesse sentido, mas em simultâneo promovendo a assinatura de um Acordo de Entidade Empregadora Pública com as Entidades Representativas dos Trabalhadores para garantir a manutenção das 35 horas, de trabalho semanais, em Fevereiro de 2014 (que nesta data ainda aguarda publicação, por impedimento do Governo!) defendendo assim o emprego público com direitos e a prestação de um serviço público de qualidade.*

*É importante referir e sublinhar que pese embora as dificuldades e constrangimentos, Montemor-o-Novo manteve uma atividade económica social, cultural e política que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar e minimizar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.*

*O presente relatório de gestão traduz de forma sucinta, nas diversas peças que a seguir se apresentam, a execução das Grandes Opções do Plano, as onze opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2009-2013, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.*

*Foram grandes objetivos:*

- Promover a democracia participada - intensa atividade do município, onde destacamos a auscultação não institucional assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, auscultação sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, estruturas consultivas locais de participação, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, defesa das freguesias, e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da institucionalização das regiões administrativas.*

*A Câmara Municipal esteve ao lado das populações de Cabrela e S. Cristóvão na defesa dos serviços públicos de saúde, contra o encerramento dos Postos Médicos, nestas localidades. A vontade e determinação da população, com o apoio da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos foi decisiva para a ARS-Alentejo repor o normal funcionamento dos serviços de saúde nestas localidades.*

*Em 2014 e por força do novo regime jurídico das autarquias locais foi apresentada e negociada com todas as Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia do Concelho uma proposta de protocolos de delegação de competências e de contratos interadministrativos. Mantivemos por isso uma política de descentralização de competências, assegurando que, pese embora, o acréscimo de competências diretas, as Freguesias do concelho têm meios e recursos disponíveis para intervenção e resposta às populações.*

*O ano de 2014 ficou também marcado pelas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril que envolveu a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias e o Movimento Associativo que construíram um vasto programa de atividades ao longo do ano que se estende até às*

*Handwritten signature: J. Mendes*

comemorações do 41º aniversário do 25 de Abril, em 2015. Música, exposições, conferências, filmes, arte, desporto, motivaram a participação de centenas de montemorenses ao longo deste último ano e por todo o concelho, evidenciando a importância de retomar o caminho dos valores de Abril!

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

Mantivemos também uma importante participação nas estruturas associativas intermunicipais e em redes de promoção do território e de atração de investimentos, como é o caso da Rede Corredor Azul, cujo financiamento foi concluído com a apresentação de um vídeo promocional do território e dos concelhos.

Valorizar e defender o serviço público de qualidade - concretizou-se pela continuação da modernização da Câmara em remodelações diversas, implementação do programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade municipal, continuação da implementação de sistema informático integrado com destaque para a área financeira, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento visando implementar redes empresariais nos Parques Empresariais/Industriais dos 14 Municípios do Alentejo Central e potenciando o desenvolvimento e o acesso a serviços comuns, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores, no montante total de 303.476,42 € em 2014. Mantivemos o trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo que prosseguimos e afirmámos, por exemplo na defesa da manutenção das 35 horas de trabalho semanais. Mantiveram-se, contudo, os constrangimentos aos investimentos nas instalações municipais. Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação.

Por determinação legal, iniciámos um processo de alteração à organização dos serviços municipais, cuja aprovação final pela Câmara Municipal ocorreu em Novembro de 2014 e a implementação ocorreu já no início de 2015;

□ Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Em 2014, impulsionámos a ligação da Câmara Municipal aos agentes económicos do concelho, através da criação do programa Mor + Economia- desenvolver, empreender e inovar que integrou visitas a empresas, um ciclo de encontros temáticos, um encontro de eleitos, técnicos e empresários das 4 Cidades, permitindo aferir a realidade do nosso tecido económico, projetos e expectativas futuras de investimentos.

Foi dada continuidade à implementação da Agenda 21 Local, acompanhando as ações dos Apelos lançados aos cidadãos e aos trabalhadores, realizando ações do Plano de Ação Concelhio e com a realização do Encontro Anual, no final do ano. Mantivemos a produção de newsletter digital "inforempresas" dirigida às empresas do concelho.

A partir do Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas dinamizamos um programa de divulgação e acolhimento de novas ideias e empresas para o espaço, de realização de encontros e sessões temáticas sobre inovação, medidas de apoio à criação de emprego, mas também de acompanhamento técnico e mentoria aos empreendedores aí instalados.

Manteve-se o projeto de Hortas Comunitárias nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores cuja adesão tem superado as expectativas. O Programa de Promoção da Economia do Concelho promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do Festival de Sopas e da Feira do Pão e da Doçaria. Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico assentaram em programas de iniciativa municipal, com o Programa de Apoio à Atividade Económica, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas.

*No Programa de Dinamização de Atividades, mantivemos a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos o avanço do processo de criação do roteiro “Levantado do Chão”, com a identificação dos locais a incluir nesta proposta.*

*Mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania. Foi iniciado o processo de empreitada para a obra de recuperação da cobertura do Mercado Municipal;*

*Manteve-se o projeto de Hortas Comunitárias nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores cuja adesão tem superado as expectativas. O Programa de Promoção da Economia do Concelho promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do Festival de Sopas e da Feira do Pão e da Doçaria. Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico assentaram em programas de iniciativa municipal, com o Programa de Apoio à Atividade Económica, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas.*

*No Programa de Dinamização de Atividades, mantivemos a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos o avanço do processo de criação do roteiro “Levantado do Chão”, com a identificação dos locais a incluir nesta proposta.*

*Mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania. Foi iniciado o processo de empreitada para a obra de recuperação da cobertura do Mercado Municipal;*

*Assegurar um ordenamento do território equilibrado - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação de espaços verdes. No âmbito da elaboração de projetos, foram executadas propostas de intervenção para arranjos exteriores de espaços públicos municipais, apoio a projetos do movimento associativo (no âmbito de candidaturas a financiamentos comunitários). O Programa de Ordenamento do Território e o Programa de Planeamento Urbano deram continuidade à Revisão do PDM. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário. Realçamos a conclusão das intervenções no âmbito do Programa Montemor Pedra a Pedra participado pelo Programa Operacional Regional do Alentejo – Desenvolvimento Urbano Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, acesso ao Castelo pela Rua Condessa de Valenças e Rua do Quebra Costas.*

*Continuámos, em 2014, o investimento na manutenção, recuperação e reabilitação da rede viária municipal e arruamentos e sinalização para zonas urbanas, bem como o plano rodoviário municipal, intervenção bastante limitada pela redução de pessoal, que se faz sentir neste setor.*

*No Programa de Preservação do Património, destacamos o lançamento da MorBase, uma plataforma online de divulgação do património cultural móvel e imóvel, material e imaterial do concelho de Montemor-o-Novo, a colocação de iluminação interior na Torre da Má Hora (Castelo), a implementação de audioguias para o Castelo e o trabalho desenvolvido pelo Programa de Valorização do Castelo;*

*Preservar e valorizar o ambiente - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se a ação de limpeza e conservação da Ribeira do Escoural, a participação em projetos de preservação e conservação da natureza dando continuidade ao acompanhamento da implementação do PIER de Monfurado (1ª fase) e no âmbito do saneamento a construção / beneficiação de sistemas municipais de saneamento. Referem-se, as intervenções na construção e beneficiação do abastecimento de água. O Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no concelho, de que se destaca a integração na gestão do sistema de abastecimento em alta da Amoreira da Torre e o lançamento da empreitada para construção da ETAR de Lavre (processo em curso).*

*Mantém-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização (como a proposta de reestruturação do setor da água apresentada pelo governo em Outubro de 2014 e que visava a agregação de sistemas em alta), a quebra de serviços e a falta de resposta às populações. Na gestão de resíduos destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.*

*Assinatura dos contratos de fornecimento de água e transferência de infraestruturas entre a CMMN e a Agda, S.A.*

*Promover a cultura, o desporto e o associativismo - Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área. O ano de 2014 ficou aliás marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram assegurados. Desenvolveram-se assim as seguintes intervenções: Serviço de Apoio Domiciliário da Associação “O Sobreiro” em Cortiçadas de Lavre, Requalificação da Igreja de Lavre, Centro Comunitário em Santiago do Escoural, Modernização dos Parques Desportivos de Cabrela, Ciborro, Lavre e Santiago do Escoural, Requalificação das instalações do Centro Hípico, Criação do Centro de Desporto Aeronáutico em parceria com o Centro de Voo Livre, Remodelação dos Lavadouros de S. Pedro e Telheiro da Encosta do Castelo, Criação de Núcleo Museológico e Etnográfico, Instalações da Associação Porta Mágica, Construção de Lar Residencial da Cercimor.*

*Mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho. Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, dinamização dos diversos serviços e equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria- cujas obras de requalificação se iniciaram em 2014, Arquivo Municipal Galeria Municipal, Oficina do Canto, Escola de Ballet), dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. Destacamos a continuação no apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projectos de residências promovidos pelos vários agentes culturais, em particular pelos parceiros do Projecto M. Também o programa de dinamização e promoção da prática desportiva junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades, onde destacamos os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos” e a dinamização de atividades de animação sócio educativa. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva. Na gestão e equipamentos desportivos destaca-se o investimento na modernização/requalificação de parques desportivos, e intervenção em equipamentos diversos. No programa de Tempos livres e lazer mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, cuja obra para a construção de novas instalações teve início em Dezembro de 2014, uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania. Desenvolvemos também um importante trabalho no apoio às Associações que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;*

*Apoiar a juventude - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projetos vocacionadas à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projetos individuais e coletivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas da imagem. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão*

de bolsas de estágio, onde destacamos a concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a atribuição de bolsas para estudantes do ensino técnico, profissional e superior, a dinamização de programa de voluntariado;

□ *Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos. Nesta opção programática, destaca-se a qualificação de equipamentos das escolas do 1º ciclo, equipamento diverso e informático, e o novo Centro Escolar financiado pelo QREN, cujo investimento total foi de 2.131.816,72€, tendo obtido uma participação no valor de 1.358.965,17 €. Mantivemos o Programa de Ação Social Escolar e o Programa de Transportes Escolares, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's. Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo. Destacamos ainda, a realização em 2014, do Fórum 4 Cidades, em Montemor-o-Novo que assinalou os 20 anos do projeto "À Descoberta das 4 Cidade";*

*Promover a justiça social e a saúde pública – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. A Câmara Municipal integrou a parceria do projeto CLDS+, cuja intervenção se iniciou em 2014, envolvendo vários parceiros nas áreas do desenvolvimento local, ação social e educação;*

□ *Assegurar proteção civil e segurança - com destaque para a Proteção Civil com o montante executado de 67.538,04€, no apoio a instituições e construção do quartel dos Bombeiros Voluntários;*

*Entrega de EPI's aos Bombeiros Voluntários*

*Outros investimentos e/ou serviços, destaca-se a intervenção nos cemitérios municipais e noutros investimentos e serviços com a execução de 2013 de 104.218,24€.*

*Em resumo, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) registou um investimento total de 3 222 924,06€.*

*Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um elevado grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.*

□ *A relevância do grau de execução é tanto maior quanto a imposição da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que, com a sua aplicação, veio trazer fortes constrangimentos para a assunção de novos compromissos.*

*Certo, é que foi possível ao município conciliar e cumprir, entre outros, os seguintes objetivos:*

*\* Realização de novos compromissos no estrito cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro;*

*\* Redução do nível total da dívida do município;*

*\* Eliminação dos pagamentos em atraso;*

*\* Aumento da Liquidez;*

*\* Elevada realização dos projetos em curso.*

*A obtenção destes resultados só foi possível graças à conjugação dos seguintes elementos:*

*\* Clara definição dos objetivos e prioridades para o mandato;*

*Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal, vítimas das negativas políticas governamentais. Só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço e empenho."*

Intervio seguidamente o senhor Vereador Olímpio Galvão questionando se existe parecer do Revisor Oficial de Contas, nem que seja apenas o parecer prévio.

Ao que a senhora Presidente disse que ainda não, já durante a manhã contataram a empresa, mas esta não conseguiu terminar o referido Parecer.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador disse que é um documento importantíssimo para basear a sua decisão, uma vez que o ROC é uma entidade externa e responsável com as contas da autarquia. O seu exame minucioso é demais importante para ser tomada uma decisão favorável sem conhecimento das suas conclusões.

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador referiu alguns aspetos que gostaria de ver melhor clarificados, expressos no Relatório de Gestão, pela senhora Presidente, na qual é defendido pela maioria CDU que: *“foi possível ao município conciliar e cumprir, entre outros, os seguintes objetivos:*

- \* Realização de novos compromissos no estrito cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro;*
- \* Redução do nível total da dívida do município;*
- \* Eliminação dos pagamentos em atraso;*
- \* Aumento da Liquidez;*
- \* Elevada realização dos projetos em curso.”*

Ainda no uso da palavra o mesmo Eleito salientou que relativamente à redução do nível total de dívida do município, da análise do Balanço de 2014 verificou-se que:

- o valor de dívida a fornecedores no final do ano aumentou 66.462,72€ de 2013 para 2014, cifrando-se no final do ano em 1.981.867,60€;
- o valor de dívida a fornecedores de imobilizado aumentou 51.766,79€ de 2013 para 2014, totalizando 152.951,15€ em 31/12/2014;
- o valor de dívida a outros credores aumentou 807.237,02€ no espaço de um ano, e totaliza 1.224.866,57€ no final de 2014;
- o total do Passivo aumentou 1.553.508,73€ e cifra-se em 15.019.860,54€ no final de 2014.

Referiu ainda o senhor Vereador, que mesmo retirando o montante para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) de 859.792,72€, que foi necessário inscrever em “outros credores” (e não em “outros devedores” como incorretamente vem inscrito no Relatório de Gestão), o Passivo da Câmara aumentaria em 693.716,01€, salientando que face ao exposto não foi possível verificar a redução da dívida do município nos números que foram apresentados.

Relativamente à eliminação dos pagamentos em atraso, que segundo a Lei correspondem a um prazo médio superior a 3 meses após a data de vencimento da fatura, entende que é dever do município, enquanto principal dinamizador da economia do concelho, reduzir o prazo médio de pagamentos a fornecedores, e que, após contatos com fornecedores locais, é de cerca de 90 dias. É um prazo elevadíssimo para quem tem que pagar a pronto ou no máximo a 30 dias, estar 90 dias à espera que lhe sejam liquidados os montantes em dívida.

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador disse ainda que, no respeito ao aumento da Liquidez Geral, através de um pequeno cálculo da mesma verificou-se que era de 18,39% em 2013 e em 2014 é de apenas 12,40%, registando em decréscimo de 1/3 do seu valor, não correspondendo de forma nenhuma ao que vem descrito como concretizado no Relatório.

Relativamente à Demonstração de Resultados questionou ainda a senhora Presidente o porquê de algumas variações significativas relativamente ao ano transato, nomeadamente:

- porque é que o Custo das Matérias Consumidas subiram de cerca de 38.000€ em 2013 para 603.000€ em 2014. Registaram-se assim tantas obras executadas pela autarquia, ou foi a alteração de políticas contabilísticas que fizeram com que os Fornecimentos e Serviços Externos decrescessem cerca de 319.000,00€;
- porque é que as Amortizações do Exercício têm um acréscimo de 434.484,64€ em 2014, que constitui uma subida de 73,74% em relação ao seu valor em 2013.

Interveio novamente a senhora Presidente, em resposta às questões levantadas pelo senhor Vereador, relativamente às contas do Balanço, disse que, aumento da dívida não é o mesmo que passivo, referindo também que existe uma conta de Proveitos Diferidos que registou um acréscimo de cerca de um milhão de euros, passou de cerca de oito milhões em 2013 para cerca de nove milhões em 2014. Relativamente aos investimentos, engloba o CAME, Montemor Pedra a Pedra e o Lançamento da Plataforma Morbase. Referiu ainda, que são considerados Pagamentos em Atraso, faturas com vencimento superior a noventa dias, portanto a Câmara Municipal está a cumprir com a aplicação na Lei dos Compromissos, quando no final de 2014, ficou sem pagamentos em atraso. Disse também no que se refere ao Aumento da Liquidez, que esta era a ideia que tinha, no entanto, vai analisar e se, se verificar a incorreção vai pedir para corrigir. Salientou ainda, que em relação ao

registo do património, este iniciou-se em 2013, com a implementação de um novo software para contabilização informática, tendo-se detetado incorreções ou classificações menos corretas no registo do património, tendo havido algumas variações nesta rubrica, prevendo-se que só em 2015 esteja concluído este processo de registo.

Interveio novamente o senhor Vereador Olímpio Galvão referindo que não tem nada contra o que a senhora Presidente disse, no entanto, gostaria de ver estas justificações no Relatório de Gestão. Salientando ainda, ter verificado que existem algumas contrariedades, relativamente ao que disse e o que está no documento, houve divergências no que disse e o que está expresso no documento.

De novo no uso da palavra a senhora Presidente disse que não significa que houve divergências, houve sim correções, na página 29 do Relatório tem um parágrafo que abrange estas justificações.

Retomou a palavra o senhor Vereador Olímpio Galvão referindo que o software não justifica todas as incorreções e com este conjunto de imprecisões e sem o Parecer do ROC, os eleitos pelo PS, não concordam com o mesmo, portanto votam contra a Prestação de Contas de 2014 e a Aplicação dos Resultados Líquidos.

O referido documento foi rubricado por todos os eleitos presentes na reunião, da qual e nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrito, ficando apenso aos documentos da presente ata.

A votação em separado de ambas as propostas, conduziu ao apuramento do seguinte resultado:

### **Prestação de Contas de 2014:**

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos senhores Vereadores do PS, aprovar a proposta de Prestação de Contas de 2014. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

### **Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014:**

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos senhores Vereadores do PS, aprovar a proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

## **2. 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2015**

Interveio novamente a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a proposta referente à 1ª Revisão Orçamental de 2015, que surge no âmbito da aplicação do saldo transitado da gerência do ano de 2014, para reforço das rubricas constantes no documento em anexo.

O referido anexo foi rubricado por todos os eleitos presentes na reunião, da qual e nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrito, ficando apenso aos documentos da presente ata.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS, aprovar a 1ª Revisão Orçamental de 2015. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

## **3. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

De novo no uso da palavra a senhora Presidente submeteu à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

*“Por deliberação tomada pelo órgão executivo em reunião de 18 de março de 2015 foi aprovada a consulta a instituições financeiras tendo em vista a contratação de um empréstimo no montante de 1.583.173,00 (um milhão quinhentos e oitenta e três mil cento e setenta e três) euros, pelo prazo de 10 (dez) anos com deferimento e prazo de utilização de 2 (dois) anos a amortizar em 32 (trinta e duas) prestações.*

*Foram convidadas a apresentar propostas as seguintes instituições financeiras:*

<i>Instituição</i>	<i>Ofício Convite n.º</i>	<i>Resposta Data / N.º Registo</i>	<i>Proposta</i>
<i>Caixa Geral de Depósitos</i>	<i>1553/15</i>	<i>7 abri. 2015 – 8615/15</i>	<i>SIM</i>

Banco Millenium BCP	1557/15	7 abri. 2015 – 8615/15	SIM
Caixa Económica - Montepio Geral	1558/15	Não respondeu	NÃO
Banco Santander Totta	1560/15	7 abri. 2015 – 8615/15	SIM
Banco Português de Investimentos, SA - BPI	1561/15	*	NÃO
Caixa de Crédito Agrícola	1564/15	30 Mar. 2015	SIM

\* O Banco Português de Investimentos, SA - BPI informou, por ofício, que não era possível apresentar proposta.

Apresentaram propostas dentro do prazo fixado no “ofício convite” que lhes foi endereçado as seguintes instituições financeiras:

Instituição	Taxa	Spread	Comissões
Caixa Geral de Depósitos	Euribor a 6 meses base 360 dias	1,29%	4,0€/Prestação
Banco Millenium BCP	Euribor a 180 dias	1,75%	Organização: 0,10% Processamento: 1,60€
Banco Santander Totta	Euribor a 6 meses	1,34%	Isento
Caixa de Crédito Agrícola	Euribor a 3 meses	1,95%	Isento

Analisadas as propostas, propõe-se a contratação do empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos.

Junta-se mapas demonstrativos da capacidade de endividamento do Município.

*Receita corrente cobrada líquida*

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3
12.440.830	13.575.464	14.911.931	40.928.225	13.642.742

Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais)

Limite dívida total 2015 (1,5 \* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos) (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro)

Limite da dívida total ..... 20.464.113

*Dívida total da autarquia*

Receita Corrente Líquida 2012	Divida Total Excluindo orçamentais	Margem Absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=(3)*20%
20.464.113	31 de Dezembro de 2015		
	3.316.867	17.147.246	3.429.449

NOTA: Valores provisórios até aprovação da prestação de contas.”

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

**Aprovação da ata em minuta**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram onze horas, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

*Helena Reis*

A ASSISTENTE TÉCNICA

*Mónica Cardoso*